

## RESENHAS

### UNIVERSIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES,

Denice B. Catani e outros (org.)  
São Paulo, Brasiliense, 1986.

A obra coletiva de professores ou como preferem alguns, de educadores, apresentada pela Brasiliense, traz para os envolvidos com a questão educacional, uma produção, no mínimo polêmica. O nome dos autores sugere esse sentido assim como a simples leitura dos títulos dos artigos elaborados. Ao situarmos, inicialmente os autores do trabalho, verificamos que exercem diferentes atividades no setor educacional, sendo entretanto o lugar universitário o mais representativo. Essa particularidade não significou uma limitação de análise ao âmbito acadêmico ou vinculou a escolha de temas meramente a questões da Universidade. O trabalho de cada um deles não se restringe somente a esse espaço institucional, mas ao contrário constitui parte integrante do conjunto representado pela educação na sociedade, seja a nível de pesquisas realizadas, seja pela atividade docente ou em órgãos estatais ligados à educação ou ainda pela própria ação política em diversas frentes que o setor educacional tem procurado ocupar nos últimos anos.

O discurso desses educadores, no livro em questão, demonstra uma vinculação estreita a práticas educacionais. Uma prática que vem se realizando durante um período bastante significativo. Alguns localizam textualmente os momentos marcados por essa ação; outros referem-se a ela de maneira implícita, mas notadamente, todos dizem respeito ao período anterior ao golpe militar, ao período militar e ao atual, onde colocam indagações, dúvidas e possibilidades para realização de projetos.

Desta forma, são autores, no seu conjunto, representantes de uma história educacional vivenciada por lutas. Não foram meros espectadores dos acontecimentos. Na leitura, ao pé da página, sobre cada um deles, torna-se significativa a formação acadêmica originária e o percurso por eles empreendido. Sociólogos, pedagogos, filósofos, economistas e um físico, integram-se, com diferentes contribuições, na área educacional.

Nesse sentido percebe-se que os textos estão reunidos não por simples compilação ou como fruto do acaso. Na introdução da obra, revela-se a intenção

dos organizadores ao reuni-los.

Importa, considerando o trabalho dos organizadores, acentuar a forma pela qual foram criados os textos ora apresentados como livro.

Os temas fizeram parte do Seminário Itinerante: "Dependência econômica e cultural, desenvolvimento nacional e formação dos Professores", acontecimento promovido pela USP e em especial por representantes da Faculdade de Educação, em 1985. Trata-se assim, originariamente de falas preparadas para um público específico: professores ou futuros professores. Visavam estabelecer diálogos e abrir discussões, contrariamente a objetivos de monologar, muitas vezes presentes em produções voltadas especificamente para um trabalho a ser impresso. São textos produzidos e trabalhados para assegurar a polêmica. Sua origem imprimiu-lhes uma linguagem peculiar, própria a estabelecer a continuidade.

A atual publicação justifica-se plenamente, ao permitir a ampliação dos debates para além do espaço universitário, concordando com o dizer da 4ª capa "Nunca um seminário foi tão longe".

O trabalho reordenado pelos organizadores do Seminário, divide-se em duas partes, tendo em ambas, como agente histórico, o professor situado no conjunto das relações sociais, qualquer que seja o nível de sua atuação. A ação do professor é o destaque, porque foi o sentido maior do Seminário Itinerante. Falam seus organizadores: "O Seminário Itinerante... promoveu um questionamento da educação brasileira, buscando privilegiar sua dimensão social e política e definir os marcos gerais para a formação dos professores" (p. 7).

Na primeira parte do livro, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paul Singer, Cláudio Salm, Perseu Abramo, Roberto Romano situam-se frente a "Dimensão social e política do professor". Posições mais e menos otimistas defrontam-se diante da possibilidade de projetos educacionais mais amplos e comprometidos com a sociedade como um todo. Enfatizam, de diferentes maneiras, a necessidade da compreensão do político no trabalho do professor. Essa condição é fundamental tanto na ação pedagógica em sala de aula quanto nas lutas de caráter reivindicatório junto às associações de classe. Outros autores, considerando as limitações da ação política nessas condições, indicam o caminho dos partidos como possibilidade con-

creta.

O sentido das propostas convergem igualmente para a compreensão do momento histórico vivenciado pelo professor, ao constituir-se como classe social dentro do sistema capitalista. Ao colocarem as formas, a atuação e as limitações do professor, divergem. Mas são exatamente as divergências que permitem questionar, em cada apresentação, a viabilidade de transformações em direção a direitos sociais mais justos, na busca de uma educação voltada para a "humanização do homem", no dizer Florestan Fernandes.

Diante dessas considerações, importa localizarmos trechos aparentemente contrários quanto à abordagem do tema e viabilidade de propostas.

Florestan Fernandes, considerando a crise educacional, a da escola em particular, como momento propício ao nascimento de uma outra escola, acredita fundamentalmente na ação do professor enquanto portador de uma relação política efetiva: "O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e com problemas especiais e nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política da mesma qualidade" (p. 31).

Paul Singer faz uma análise extremamente lúcida do papel institucional da escola enquanto produtora de desigualdades sociais, apontando para o que denomina de meritocracia ou seja a diferenciação do cidadão dada pelo papel do diploma ou do credenciamento escolar. Atendo-se a referências no âmbito dos países do mundo capitalista, onde o crescimento do número de pessoas que passam pela escola tem aumentado, mas também o caráter discriminatório da escola tem se acentuado, Singer analisa o caso brasileiro, em sua peculiaridade entre o desenvolvimento e atraso e diz: "O que eu concluo daí? Concluo o fato de que esse nosso atraso pode ser transformado em algo vantajoso, na medida em que não somos obrigados a levar certas crises até o fim, ou seja, no caminho em que nós nos encontramos, temos, ainda, algumas décadas para chegar ao ponto em que estão hoje os Estados Unidos e a Europa Ocidental" (p. 64). E mais adiante acrescenta: "(...) Qual é a saída? Pretendo concluir com a minha proposta pessoal, submetendo-a ao debate. Parece-me que nós deveríamos fazer outra

coisa, deveríamos pensar o outro lado, não o lado escolar, mas o lado social. Será que não é possível alterar a hierarquia social? Será que não é possível multiplicar, de fato, as posições altas? Através de que? Através da participação maior, pura e simplesmente. Existem avanços reais nesse sentido" (p. 65).

Os dois fragmentos exemplificam a riqueza de reflexão possível na continuidade e multiplicação dos debates que sugerem, nas perspectivas e possibilidades de análises que propõem quanto à questão educacional.

O professor na sala de aula, em seu cotidiano tanto na Universidade como na classe de alfabetização, é o que trata a segunda parte do livro, nas falas de Luís Carlos de Menezes, Nélio Parra, Mirian Lifchitz Moreira Leite, Eunice Ribeiro Durham, José Mario Pires Azanha, Jorge Nagle, Cecília Guaraná e Luís Eduardo Wanderley.

O tema marcante nesta etapa é a Universidade e o compromisso na formação do professor não apenas concebido como elemento capacitado em seu saber específico mas também em conhecimento dos problemas mais gerais do país, do social, do homem.

Pensar historicamente a Universidade é retomar o significado do ensino; hoje desprezado em nome da "pesquisa científica". As críticas aos cursos de Licenciatura são apresentados junto a propostas de transformações. As dificuldades de uma real integração Universidade e escola de 1º e 2º graus, as próprias limitações da escola enquanto peça fundamental na educação do cidadão são algumas das considerações dos expositores. A ação conjunta a nível interno de Institutos no interior das Universidades, a atuação junto aos poderes governamentais, são propostas colocadas.

O momento do Seminário foi principalmente o de avançar nas constatações e críticas. Além de colocar as dificuldades, de apontar entraves do setor educacional, notadamente por parte dos seus agentes principais – os professores – os textos apresentados levam a outras discussões: as formas de encaminhamento ou o sentido político das propostas. O momento da formação do professor na Universidade, a atuação em sala de aula e na sociedade, engajado ou não nos movimentos sindicais, nas lutas partidárias, são questionados visando uma outra etapa – a da possibilidade de construção. Todo o elenco dos educadores, pelos seus

textos, demonstrou essa possibilidade. Apontam saídas.

Luís Carlos de Menezes, posiciona-se: "Encarar de frente estes problemas, particularmente a questão educacional, implica para a Universidade brasileira, hoje, duas sérias modificações de atitude: internamente, implica a valorização das atividades didático-pedagógicas dos docentes universitários, até agora desprestigiados em comparação às atividades científicas ou administrativas; externamente, implica uma disposição da Universidade (enquanto instituição) de co-responsabilizar-se pela formulação de políticas educacionais, produção de livros-textos, apoio à escola pública, denúncia de irregularidades e fiscalização de qualidade no comércio educacional, coisas até agora consideradas "assunto de secretarias de educação", "problemas do governo" (p. 124).

Debater propostas, partindo da organização democrática de uma sala de aula e chegando-se às considerações mais amplas inclusas na política educacional a nível da Constituinte, são as sugestões dos autores ao se colocarem frente ao complexo problema da educação brasileira.

*Circe Maria Fernandez Bittencourt*

---

## **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: INTRODUÇÃO CRÍTICA**

Vitor Henrique Paro  
São Paulo, Cortez, 1985

O exame da literatura educacional das duas últimas décadas nos mostra um significativo aumento de trabalhos que se inscrevem dentro de uma postura e metodologia crítica de análise das práticas educacionais, tanto no campo dos movimentos sociais quanto, e principalmente, no âmbito do escolar. Saviani (1978 e 1983), em dois ensaios examina crítica e historicamente a ênfase das tendências filosóficas e das teorias educacionais na educação brasileira, mostrando como as visões "crítico-reprodutivistas" e "crítico-críticas"

tiveram uma significativa importância a partir do final da década de 70.

O trabalho de Paro inscreve-se nitidamente dentro de uma visão crítica da educação, tendo como suporte teórico as categorias de análise fornecidas pelo materialismo dialético. A análise que o autor estabelece, quando entendida no contexto social de sua produção, nos indica que somente foi possível na medida que capitalizou o intenso debate teórico da área no período recente da história da educação brasileira. Ao inscrever-se neste embate o autor vai dar avanços numa área particularmente problemática – a administração, organização e gestão do trabalho escolar.

Compreendendo a prática educacional, no seio da sociedade capitalista, como uma prática contraditória que se define e se produz no seio de relações de poder, de força e, enquanto tal, se articula a interesses antagônicos concretos, o autor toma como foco central da análise o resgate da administração escolar numa perspectiva de transformação social. A questão subjacente a todo o trabalho é: como de dentro de relações predominantemente capitalista, que perpassam o conjunto das relações sociais, desenvolver uma prática de gestão, administração e organização da escola que aponta para a superação destas relações?

Para responder a esta questão necessita fazer a crítica às posições dominantes face ao problema da administração escolar.

Essas posições, de acordo com o autor, são basicamente duas. Ambas, ao seu modo, insuficientes e falseadoras do real. A primeira relaciona-se à interiorização dos valores, princípios e categorias capitalistas de administração. Posição esta que se funda dentro de um quadro teórico positivista e funcionalista. A segunda posição explicita-se pela pura e simples negação da necessidade da administração escolar. Trata-se de uma visão que se funda quer na perspectiva reprodutivista de escola quer em determinadas vertentes anarquistas de análise da sociedade.

Para dar conta a essa problemática o autor estrutura a obra em três capítulos. No primeiro capítulo discute o "conceito de administração em geral". Nesta parte, defende a idéia de que se de fato não é possível analisar a atividade administrativa senão circunscrita às relações sociais concretas, não se pode negar a necessidade da atividade administrativa. Com isto o autor quer mostrar que a negação pura e simples da ati-